



## PANDEMIA ALTEROU ROTINA E TROUXE DESAFIOS

### Sindicato tem atuado cobrando que o Estado garanta condições adequadas para os servidores



**Casagrande entra em seu terceiro ano de mandato sem cumprir o compromisso de recompor perdas salariais** Pág. 7



**Confira o andamento dos principais processos coletivos encaminhados pelo Sindipúblicos** Pág. 3

**Sindicato se adaptou com novas tecnologias para garantir atendimento aos associados** Pág. 4

## Editorial

### SEGUIMOS NA LUTA E CONVIDAMOS OS SERVIDORES A SE ORGANIZAREM!

**A**pós a conquista da recomposição salarial em 2019, as Reformas da Previdência de Bolsonaro e também de Casa-grande, vieram como um balde de água fria.

Iniciamos 2020 nos preparando para antecipar o debate sobre recomposição salarial, porém, fomos surpreendidos pela pandemia que atingiu o mundo e, com mais força, o Brasil devido a falta de políticas públicas eficientes por parte do governo Bolsonaro, que desde o início vem ironizando a doença que já matou mais de 178 mil brasileiros.

O Sindicato atuou pelo fechamento dos ór-

gãos públicos, o que garantiu a preservação da vida de muitos servidores. Mesmo durante a pandemia, acompanhamos presencialmente uma série de autarquias que não cumpriam as recomendações, como o Detran, Incaper, lases, dentre outras.

Apesar do acompanhamento, a desmobilização imposta pelo isolamento social atrapalhou muito o trabalho sindical. Estávamos preparados, este ano, para a volta dos passeios e das festas, após conseguirmos recuperar nossas finanças e nos readaptarmos a perda do imposto sindical.

Todas essas limitações atrapalharam a organização dos servidores públicos, por isso, em 2021, precisamos ainda mais da união de todos, fortalecendo o nosso Sindicato para recuperar esse período de 2020. Em nosso planejamento para 2021

está uma campanha de filiação para ampliar nossa força de mobilização e pressionar o governo por novas conquistas. Temos perdas salariais, nosso auxílio-alimentação conquistado também está congelado.

Passando a pandemia, nos organizamos para oferecer serviços e lazer a nossos associados. Também já temos atuado na melhoria do nossa secretaria jurídica, implantando inclusive o atendimento remoto.

Mas para um Sindicato forte, a participação coletiva é fundamental. Como diz o ditado, “uma andorinha só não faz verão”, da mesma forma, o Sindicato sem a participação do filiado não é capaz de garantir as melhorias que desejamos para as famílias dos servidores públicos. Convidamos todos a se filiarem para lutarmos juntos!



## ATENÇÃO AOS APOSENTADOS CONTINUOU MESMO DURANTE A PANDEMIA

O SindiPúblicos tem, entre sua histórica atuação, a defesa e atenção aos servidores aposentados. Seja realizando visitas, encaminhando demandas jurídicas, realizando passeios e eventos. Mesmo com a pandemia, a atuação da diretoria continuou, atendendo por meio de ligações e mensagens. Destacamos que estamos sempre à disposição para o atendimento de nossos sindicalizados aposentados. Precisando, entre em contato com o seu Sindicato 3205-4550.

**Passeios:** Suspensos temporariamente mediante a redução na arrecadação após o fim do Imposto Sindical, os passeios já

estavam previstos para retornar em 2020, com a melhoria nas contas da Entidade. Porém, estamos aguardando o fim da pandemia para garantir o retorno com a segurança e alegria que sempre estiveram presentes.

**Visitas:** A atenção especial aos servidores aposentados estava sendo reforçada nos últimos meses de 2019 e início de 2020, em que várias visitas aos sindicalizados em recuperação de saúde foram realizadas. No entanto, também foram suspensas devendo ser retomadas ao passar esse período. Esperamos em breve estarmos juntos presencialmente em encontros, passeios e mais visitas.



A aposentada Maria Domiciano ( ao meio) recebe as diretoras Regina Lúcia Goes e Djanira Dondoni.



## CONFIRA O ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS COLETIVOS

Entre as demandas do Sindipúblicos, estão as ações coletivas em defesa dos servidores públicos na garantia dos direitos que frequentemente são usurpados pelo Estado. Durante a pandemia, realizamos várias lives em que o advogado Célio Picorelli explica o andamento dos principais processos e esclarece dúvidas. Abaixo fizemos um resumo dos pontos abordados. Para conferir o vídeo completo, acesse nosso canal no [youtube.com/sindipublicos](https://www.youtube.com/sindipublicos) ou [facebook.com/sindipublicos](https://www.facebook.com/sindipublicos).

### FÉRIAS

Após o período aquisitivo de um ano, o servidor tem um ano para gozar as férias. Na Lei 46 diz que o administrador tem que seguir uma escala, mas o Estado tem o direito, desde que fundamentado, mudar esse período e até mesmo convocar o servidor em férias a retornar ao trabalho. Não existe direito de acumular férias e quando vence o segundo período aquisitivo, é obrigatória a sua concessão.

### CRÉDITO ROTATIVO

O processo da administração direta é encaminhado diretamente pelo jurídico do Sindipúblicos. O da administração indireta com o escritório do Dr. Joaquim Silva. O da administração indireta está próximo a fechar um acordo com o Governo. O da direta foi acordado o pagamento até março de 2020 dos valores devidos aos 900 servidores já homologados e o prosseguimento de ação para garantir que outros 600 também fossem reconhecidos credores, o que foi aceito pela Justiça. Porém, diante à pandemia, os valores não foram pagos e o Sindipúblicos entrou com pedido de bloqueio desta verba, no entendimento que, ao acatar o acordo, o Estado já assumiu a dívida.

### TRIMESTRALIDADE

Em 1988, para evitar as perdas salariais devido à inflação, foi instituída uma lei no Governo Max Mauro: a cada três meses ocorreria um 'gatilho' para recomposição das perdas inflacionárias. O governador posteriormente revogou a lei mas entramos com a ação para garantir esses valores inflacionários.

O nosso processo envolve somente os servidores da administração direta. Apesar da vitória, ainda em 2002 quando formou o Precatório, até o momento não houve o pagamento.

Em 2007, Paulo Hartung foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedir a inconstitucionalidade do Precatório, o que foi negado. Depois, o desembargador Feu Rosa levou o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) questionando o valor. O que entendemos ser uma decisão equivocada. Apesar do CNJ não ter o poder legal de definir sobre valores e validade de um processo, o mesmo realizou um acordo com o Tribunal de Contas do Estado para que seja refeito os cálculos em setembro de 2021.

*Estamos atuando para a decisão do CNJ ser considerada improcedente e caso necessário levaremos a situação ao STF pedindo o pagamento imediato dos valores.*

O caso demonstra total irresponsabilidade dos governadores que estiveram no executivo estadual desde 1988. Sequer incluem no balanço do Estado os valores que são devidos conforme decisão judicial. Enten-

demos que ao não incluir isso no balanço, há um crime de responsabilidade fiscal, inclusive no atual governo de Renato Casagrande.

### RETROATIVO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O pagamento do auxílio alimentação passou a ocorrer para todos os servidores após a edição de uma nova lei estadual, mas não contemplou o pagamento do retroativo dos valores durante o período que a lei desobrigava o Estado a pagar aos que recebiam por subsídio, considerada ilegal. O processo está em Brasília tendo atuação do Sindipúblicos. O que se questiona é a ilegalidade do não pagamento durante o período.

### RESTITUIÇÃO DO IPAJM

O Sindipúblicos obteve vitória no processo que cobrava os valores descontados indevidamente pelo IPAJM. Porém, como está dividido por autarquias e administração direta, o andamento tem sido diferenciado. Os servidores do Incaper estão em fase de execução. Instituto Jones e DIO já receberam seus valores. Já quanto os da administração direta, o processo está em fase de homologação.

### INSALUBRIDADE

Excetuando os servidores da saúde, para os demais servidores é necessário o governador regulamentar os artigos da LC 46 que trata sobre o assunto. Já apresentamos uma ação judicial em que foi reconhecida a responsabilidade do governador, mas o Tribunal de Justiça não obrigou o Estado a regulamentar.

### PROGRESSÃO

O Sindicato contesta o posicionamento da PGE que diz que não seria devida. Tanto o Tribunal de Contas e o Ministério da Economia entendem o contrário. A nossa intenção é ajuizar ações por autarquia quando servidores não tiverem seus direitos de progressão concedidos durante a pandemia em justificativa à Lei Federal de ajuda aos Estados com restrições impostas por Bolsonaro.

**FALE COM O JURÍDICO:**  
(27) 98150-2552 / 98150-2525 / 3205-4553  
3205-4554 - [juridico@sindipublicos.com.br](mailto:juridico@sindipublicos.com.br)

# COVID-19 | ESTADO DEVE GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA SERVIDORES DURANTE A PANDEMIA



Tadeu Guerzet, presidente do SindiPúblicos participou de reuniões com o Governo para cobrar recomposição inflacionária e medidas contra a Covid-19 para os servidores.

O SindiPúblicos vem orientar aos servidores públicos e destacar a importância de exigir do governo estadual que cumpra as determinações constantes no Decreto No 4721-R, de 29 de agosto de 2020 – que estabelece o retorno presencial – bem como as orientações da Nota Técnica 49 da Sesa. Diante de qualquer irregularidade, o servidor deve comunicar imediatamente à sua chefia e buscar o auxílio de seu Sindicato para que não se mantenha em situação que coloque sua saúde em risco. Entre os pontos funda-

mentais estão: disponibilização de álcool em gel 70%; distanciamento entre os servidores no ambiente de trabalho; ventilação natural; fornecimento e utilização de máscara; restrição de atendimento ao público e quando imprescindível, uso de barreiras de acrílico. Quanto aos servidores do grupo de risco, a recomendação é, nos casos possíveis, mantê-los em trabalho remoto. Já sobre o atendimento ao público, recomenda-se a adoção de teleatendimento ou agendamento.

Em caso de suspeita de contaminação por

Covid-19, a orientação é procurar atendimento médico, encaminhar atestado à chefia imediata e entrar em quarentena. Em caso de resultado positivo, que seja realizado o isolamento por quatorze dias. Os demais servidores que tiveram contato direto também devem ser imediatamente afastados e/ou testados. Recomenda-se ainda a abertura de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) resguardando assim futuros problemas que podem vir ocasionar mediante a contaminação por Covid-19 poder ser caracterizada como doença ocupacional.

Verificando o descumprimento das normas técnicas, o sindicalizado deve buscar imediatamente o SindiPúblicos para que o jurídico da Entidade encaminhe as ações prudentes.

*Vale destacar que é dever do Ente Público garantir a saúde de seus trabalhadores, conforme Art. 7º da Constituição: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.”*

## ANO DE DESAFIOS. SINDICATO MANTEVE ATUAÇÃO EM DEFESA DOS SERVIDORES

Apesar da pandemia de Covid-19, o SindiPúblicos além de continuar atendendo as demandas dos servidores e acompanhar os processos que já estavam em trâmite e continuaram a chegar, encaminhou ações de modo a pressionar o Governo a adotar medidas de proteção do funcionalismo público e dar aos servidores apoio em suas dúvidas e necessidades. Para isso, o Sindicato adaptou a atuação de seus trabalhadores em home-office utilizando de novas tecnologias.

**JURÍDICO** - Entre as adaptações, o SindiPúblicos implantou atendimento on-line, em que sindicalizados são atendidos remotamente e com maior agilidade pe-

los nossos advogados, facilitando o acesso e o respeito às normas sanitárias. “Não paramos em nenhum momento. Desde o início da pandemia tivemos um aumento nas demandas, reforçando assim a nossa atuação para cobrar dos gestores as condições adequadas e o respeito aos servidores” comenta Tadeu Guerzet, presidente do SindiPúblicos.

**COMUNICAÇÃO** - Em conjunto às ações jurídicas e políticas, a comunicação do SindiPúblicos se manteve atuante, informando as medidas adotadas pelo Sindicato em defesas dos servidores. Foram mais de 150 matérias produzidas, além de diversas postagens nas redes sociais, que

somadas alcançaram mais de 500 mil visualizações. A quantidade de acessos e demanda foi tamanha que tivemos inclusive que reajustar nosso site em tempo recorde para garantir os acessos.

Para melhor se aproximar dos servidores, foram realizadas uma série de lives com diversos profissionais para esclarecer dúvidas, ação que gerou um aumento nos acessos em nosso Facebook e principalmente em nosso canal no YouTube, atingindo mais de 7 mil visualizações.



Iran Milanez, secretário de comunicação esteve à frente da mediação das lives

# CONFIRA AS PRINCIPAIS AÇÕES ENCAMINHADAS PELO SINDIPÚBLICOS NO PERÍODO DE PANDEMIA



Logo que a pandemia chegou ao Brasil, cobramos do governo estadual medidas de proteção à saúde do funcionalismo público capixaba.

Após a edição do primeiro decreto, que trouxe medidas com o intuito de conter a propagação da Covid-19, notificamos o Governo do Estado solicitando a revisão das exigências impostas para adoção do regime de teletrabalho, permitindo que os servidores maiores de 60 anos pudessem atuar por essa modalidade; que restringisse a prestação de serviços externos e o atendimento não essencial ao público e iniciasse o procedimento para que trabalhadores não integrantes dos grupos de risco também realizassem trabalho remoto.

Pedimos intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT) para garantir a oferta de equipamentos de proteção aos servidores da saúde.

Também oficiamos todas as secretarias e autarquias estaduais, cobrando de seus gestores a adoção de medidas para a não proliferação de coronavírus. Diante das pressões sofridas, o Governo restringiu o atendimento público e editou decreto com regime de revezamento e trabalho remoto.

O MPT cobrou do Governo a divulgação do número de servidores com diagnóstico confirmado de Covid-19, solicitou ao Núcleo Especial de Vigilância Sanitária a verificação *in loco* das condições de trabalho nas unidades de saúde e no Servi-

ço de Medicina Legal mantidos pelo Estado e emitiu notificação para a realização das adequações necessárias.

Diante de reclamações de condições inadequadas de trabalho e desrespeito às medidas de proteção dos servidores na Ciretran de Vitória, notificamos o Diretor Geral do Detran, Givaldo Vieira. Com isso, a Autarquia foi notificada pelo MPT sobre as medidas necessárias.

Cobramos dos órgãos que desenvolvem trabalho considerados essenciais medidas rigorosas de proteção dos trabalhadores, bem como observação de procedimentos que não permitam riscos de contaminação.

Diante da notícia de contaminação entre servidores e internos do Iases, acionamos o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública para que esses órgãos verificassem a situação e tomassem medidas, não só para garantir o suprimento de EPI's, quanto para, junto ao TJES, pleitear o controle de lotação das unidades.

Também apresentamos a todos os deputados estaduais pedido de celeridade na aprovação de lei para suspender o pagamento de cobranças consignadas.

## REABERTURA

Com a reabertura de serviços, comércios e órgãos públicos, apontamos a responsabilidade do Governo do Estado diante do esmorecimento precoce e equivocado das medidas de redução de circulação e aglomeração de pessoas nas repartições

públicas. Com o retorno do atendimento presencial nos órgãos e autarquias, iniciamos o acompanhamento da volta ao trabalho, buscando que seja rigorosamente seguida qualquer medida voltada a evitar o contágio por Coronavírus, bem como cobrando ações imediatas diante de qualquer registro de servidor contaminado em seu ambiente de trabalho.

Também, iniciamos a adoção de medidas diante das dificuldades resultantes do retorno ao trabalho presencial cobrando soluções para os problemas resultantes do trabalho durante a pandemia e estamos acompanhando todas as medidas legais e administrativas que, em todo o Brasil, geraram alguma repercussão para o funcionalismo em tempos de pandemia. Com isso, nos atualizamos sobre boas práticas, para cobrar a reprodução delas em território capixaba e denunciemos as que não lograram êxito em outros locais para exigir que não sejam implementadas no Espírito Santo.

## ASSEMBLEIA VIRTUAL

Entre as novidades neste período, está a realização de assembleias virtuais. Já foram realizadas as dos servidores do Iases e também em novembro a primeira Assembleia Geral Unificada. Durante mais de uma hora os servidores debateram os principais problemas vivenciados. Entre as reclamações, esteve a falta de transparência do Governo Casagrande, a precariedade das condições de trabalho durante a pandemia; a atuação em teletrabalho e a recomposição inflacionária. Dentre as deliberações feitas estão o Sindipúblicos reforçar a luta pelos direitos como a recomposição inflacionária; cobrar a adequação do Estado às normas de segurança e sanitárias na prevenção à Covid-19 e realizar estudo na garantia de atender as demandas dos servidores quanto atuação em 'home-office'.

# REFORMA ADMINISTRATIVA ATINGIRÁ TODOS OS SERVIDORES E AGRAVARÁ PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Reforma Administrativa é mais uma grande mentira contra a sociedade e os servidores públicos. Diferente de como tem sido anunciada, a Reforma atingirá todos os servidores diante as várias 'pegadinhas' propostas ao alterar remunerações, promoções, progressões e a estabilidade no setor.

Na pandemia, a importância dos servidores públicos ficou ainda mais evidente. É inaceitável que o governo venha propor uma reforma para retirar ainda mais direitos e abrir espaço para terceirizações e privatizações, gerando ainda mais despesas para o contribuinte e prejudicando o acesso universal e gratuito aos serviços públicos essenciais.

Conforme levantamento realizado pelo Dieese, vários direitos serão alterados, excetuando para os militares. Entre as propostas que poderão prejudicar os servidores estão a mudança no direito à estabilidade, estabelecendo critérios subjetivos, criando brechas políticas para possíveis demissões; alteração no direito à progressão e promoção, desvinculação da remuneração dos aposentados e pensionistas aos proventos dos ativos, dentre outros pontos.

O Dieese também divulgou material desmentindo o Governo Bolsonaro e a imprensa que insistem em tratar os servidores como privilegiados.

De acordo com a PNAD de 2019, os funcionários públicos eram aproximadamente 11 milhões sendo 59,3% municipais e a maioria das áreas de Educação e da Saúde: professores, médicos, enfermeiros, agentes e assistentes de saúde. No executivo municipal a remuneração média foi de 2.800 reais.



Seminário sobre a Reforma Administrativa e os direitos dos servidores foi organizado pelo sindicato

O estudo ainda reforça que no setor público as diferenças salariais são enormes e que a metade dos servidores ganha até três salários mínimos, em média, R\$ 3,1 mil. Apenas 3% ganha mais do que R\$ 19 mil e esses 3% concentrados em algumas carreiras típicas que não existem na iniciativa privada, como desembargadores, procuradores e juízes.

Outra mentira propagada é que os salários do setor público seriam superiores aos da iniciativa privada.

Se compararmos ocupações, veremos que médicos, por exemplo, do setor público, em média ganham bem abaixo do que é pago na iniciativa privada, e assim por diante nas diversas ocupações, sendo que a diferença se agrava nas carreiras mais básicas do serviço público.

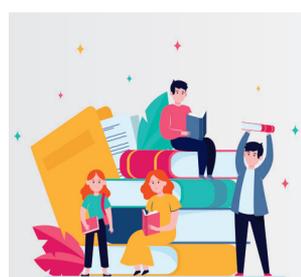
Quanto ao discurso de inchaço da máquina pública, se comparar o total de servidores públicos com o total da população, temos que essa relação no Brasil é

de 5,6%, inferior à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que é de aproximadamente 10% e se compararmos também os últimos 30 anos, essa média se mantém, portanto não houve inchaço da máquina pública, pelo contrário. Na maioria dos casos, há falta de profissionais prejudicando o atendimento às demandas sociais.

O Sindipúblicos reafirma sua posição de defesa dos servidores públicos e contrária à Reforma Administrativa que irá agravar a precarização dos serviços públicos, retirando direitos constitucionais dos servidores afetando o atendimento à toda sociedade.

Participe das ações contrárias à Reforma compartilhando e propagando informações sobre o assunto.

Com informações do G1 e Dieese



Aproveite os nossos convênios educacionais e garanta descontos de até 50%! Só para sindicalizados Sindipúblicos. Filie-se!

Inf. 27 3205-4550



# CASAGRANDE SEGUE POLÍTICA DE BOLSONARO PARA NEGAR RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

*Eleito com a promessa de recompor as perdas salariais dos servidores, Casagrande entra em seu terceiro ano de mandato sem cumprir o compromisso*

A mobilização dos servidores públicos será fundamental para garantir a recomposição salarial, mais uma vez negada pelo governador Casagrande. Antes a justificativa era o Teto de Gastos, agora a justificativa é o acordo de repasse aos Estados devido à Covid-19. No entanto, mais uma vez a justificativa não está amparada na lei, pelo contrário, não há impedimento legal de realizar recomposição inflacionária corrigindo os salários, a vedação seria contra aumento real.

Em pronunciamento na Assembleia Legislativa no dia 07 de dezembro, durante prestação de contas, o governador Casagrande ainda foi sarcástico ao responder os deputados insinuando que para conceder a recomposição seria preciso articular com o governo Bolsonaro que teria editado lei contra. “A orientação da PGE me impede de fazer qualquer reposição. A lei de Bolsonaro também. A lei é clara, me impede de fazer qualquer reposição”. Na mesma data, os dirigentes sindicais de várias entidades representantes dos servidores estiveram protestando em defesa da valorização dos servidores.

A cobrança das entidades ao governo tem sido constante. O presidente do Sindipúblicos, Tadeu Guerzet, em reunião no dia 24 de novembro com representantes do Governo Estadual questionou sobre o motivo de Casagrande não cumprir o dispositivo constitucional, que garante a recomposição inflacionária. O Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Rogério Duboc, reafirmou o discurso ‘equivocado’ do governo estadual que a negociação com o governo federal proibiria esse direito.

O Sindipúblicos tem reforçado que a recomposição inflacionária aos servidores injetaria milhões na economia estadual aquecendo comércio e serviços revertendo inclusive para o próprio Estado em arrecadação de impostos e geração de empregos. “No lugar de fazer obras que acabam beneficiando uma empresa e



Durante campanha casagrande assumiu compromisso com servidores mas até o momento não cumpriu

concentrando o lucro, ou concedendo incentivos fiscais que também concentram renda, a recomposição contribuiria diretamente na retomada da economia nesse momento de pandemia. O Estado conseguiria ramificar esses valores à uma ampla parcela da sociedade visto que os servidores irão comprar produtos e serviços diversos gerando empregos e inclusive retornando até mesmo em impostos” comenta Tadeu.

**O ES TEVE UMA ARRECADAÇÃO ATÉ OUT/2020 ESTIMADA EM R\$ 1,2 BILHÃO DE EXCEDENTE EM RELAÇÃO À LOA/2020. NÃO HÁ JUSTIFICATIVA FINANCEIRA DE NEGATIVA AO PLEITO CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES.**

\*Fonte: Sindifiscal

Diante as constantes negativas, o Sindipúblicos realizou uma reunião com os delegados sindicais em que ficou deliberado o reforço em uma campanha pela recomposição inflacionária envidando todos os esforços políticos e jurídicos na garantia que o governador Casagrande cumpra sua promessa de campanha em recomposição inflacionária.

Cabe aqui destacar que durante campanha para governo do Estado, Casagrande buscou as entidades participando inclu-

sive de debate público em que se comprometeu que, ganhando as eleições, iria corrigir o grave déficit inflacionário. No entanto, passados dois anos de mandato, esse déficit além de não ser corrigido, aumentou e já ultrapassa os 30%.

Entre as medidas pela recomposição, a Pública – Central do Servidor, integrada pelas entidades filiadas, encaminhou documento em que adverte o Governo do Estado acerca da necessidade de cumprimento da revisão geral anual em dezembro deste ano, não havendo qualquer óbice legal previsto na Lei Complementar Federal 173/2020, que dispõe sobre o plano de socorro aos estados e municípios e assegura expressamente a revisão geral de acordo com o IPCA, conforme definido no artigo 8º, inciso VIII, até em observância do que prevê a Constituição Federal.

O documento ressalta que, em 2020, os servidores públicos estaduais cumpriram com sua cota de sacrifício, abdicando de reivindicações específicas e planos de carreira, mesmo diante de enorme defasagem. Ainda alerta para o agravamento da crise econômica. “Uma postura intransigente e de negação do Governo Estadual na aplicação da revisão geral anual inflacionária acarretará grande crise já em 2021, em função do enorme desgaste que os servidores públicos estaduais estão enfrentando com a pandemia da Covid-19, inclusive com exposição constante a contágios no exercício de suas funções.

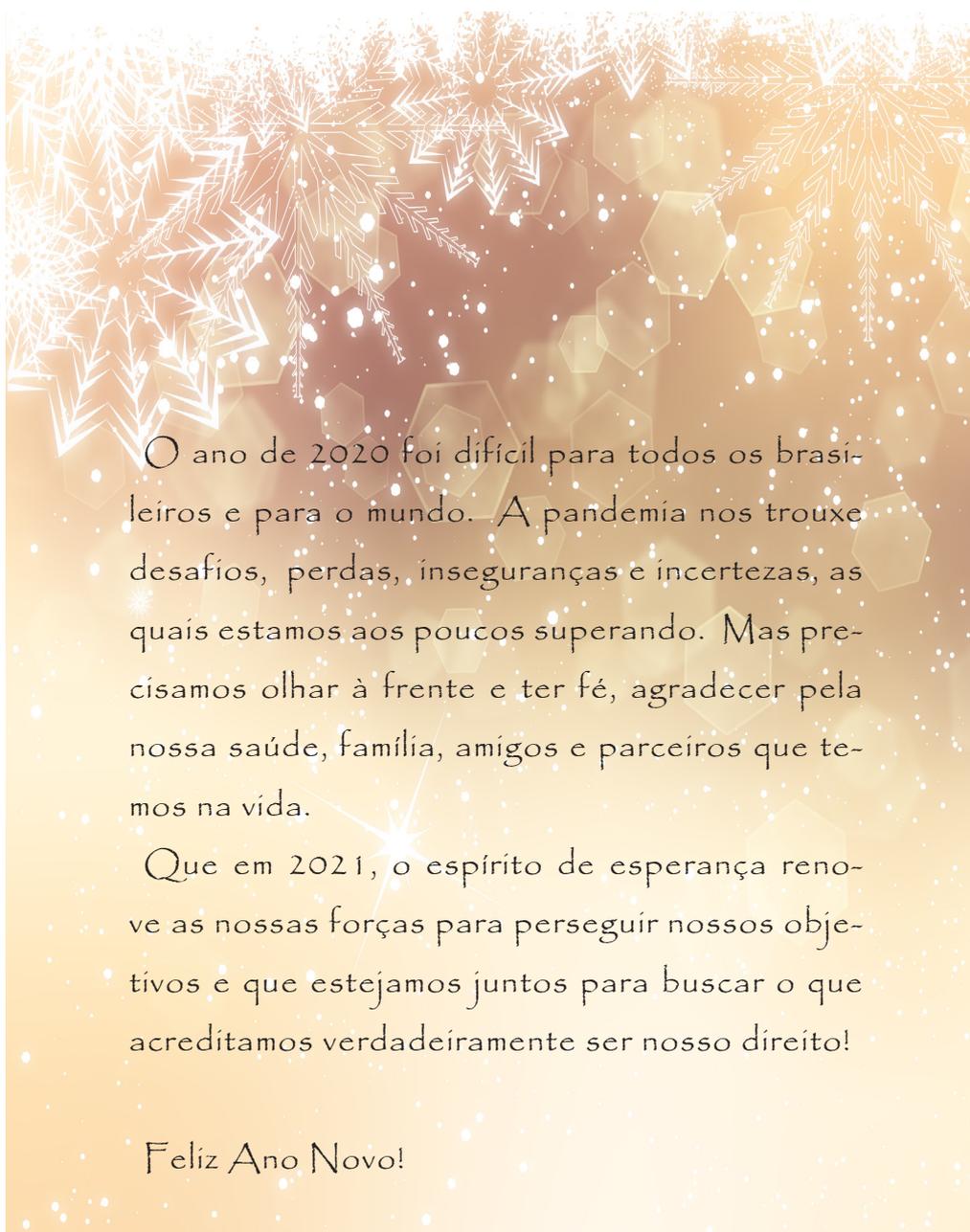


**JOSÉ ANTÔNIO PERINNI**

★ 06/10/65 † 29/07/20

## SERVIDORES PÚBLICOS, ESSENCIAIS NA LUTA CONTRA A COVID-19

Os servidores públicos tem sido essenciais na luta pela Covid-19, continuando o atendimento à população oferecendo os serviços fundamentais. Essa atuação, em alguns casos contribui para a contaminação pela doença, sendo que alguns vieram à falecer. Dentre esses, está o servidor do Detran, lotado na Ciretran de Colatina, José Antônio Perinni que faleceu em 29 de julho. Perinni tinha 54 anos e era filiado há mais de dez anos. Ficaré na lembrança de todos como um companheiro guerreiro, participativo e atuante na defesa dos colegas. Em nossos congressos e demais atividades sempre se fazia presente levantando debates, propondo ações, contribuindo para um serviço público sempre melhor. Na lembrança da atuação do companheiro Perinni, nos solidarizamos com os familiares e amigos dos demais servidores que também perderam a vida pela Covid-19. Que a luta pelo respeito às medidas sanitárias e justiça social sejam permanentes evitando que novas vidas sejam ceifadas.



O ano de 2020 foi difícil para todos os brasileiros e para o mundo. A pandemia nos trouxe desafios, perdas, inseguranças e incertezas, as quais estamos aos poucos superando. Mas precisamos olhar à frente e ter fé, agradecer pela nossa saúde, família, amigos e parceiros que temos na vida.

Que em 2021, o espírito de esperança renove as nossas forças para perseguir nossos objetivos e que estejamos juntos para buscar o que acreditamos verdadeiramente ser nosso direito!

Feliz Ano Novo!



### SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

**Presidente:** Alberto Tadeu Cardoso Guerzet

**Vice Presidente:** Rodrigo da Rocha Rodrigues

**Secretária Geral:** Emmanuelle de Oliveira

**Secretária de Administração, Finanças e Patrimônio:** Djanira Dondoni

**Secretário de Cultura, Imprensa e Comunicação:** Iran Milanez Caetano

**Secretária de Assuntos Jurídicos:** Sinara Alves Rodrigues

**Secretária de Organização, Saúde, Previdência e Aposentados:** Magna Nery Manoeli

**Secretário de Relações e Formação Sindical:** Renata Setubal Lourenço

**Fotos:** Sindipúblicos, Freepik, Assembleia Legislativa ES, Governo ES e divulgação.

 @sindipublicos  /sindipublicos

[www.sindipublicos.com.br](http://www.sindipublicos.com.br)